

APURAÇÃO COM FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA: Cinco obstáculos na mediação jornalística da informação pública

INVESTIGATION WITH TRANSPARENCY TOOLS: Five obstacles in the journalistic mediation of public information

R E V I S T A
com **política**

revista compolítica

2021, vol. 11(1)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2021.11.1.511

 Open Access Journal

Thatiany Nascimento

Universidade Federal do Ceará
[Federal University of Ceará]

Diógenes Lycarião

Universidade Federal do Ceará
[Federal University of Ceará]

Resumo

Apesar da qualificação da transparência pública após a redemocratização, entraves perduram no Brasil. Este artigo identifica, a partir de uma aplicação de questionário on-line com 60 repórteres de jornais de referência do Estado do Ceará, cinco obstáculos na mediação da informação pública. Estes referem-se: (a) aos déficits na formação profissional, (b) ao desenho das ferramentas, (c) ao uso técnico destas, (d) à temporalidade das rotinas produtivas; e (e) à influência do poder político e/ou econômico. Discutimos como esses gargalos afetam o papel do jornalismo na defesa da democracia e, ao final, apontamos como pesquisas futuras podem superar limitações metodológicas desta pesquisa e, também, explorar mais detidamente políticas e ações coletivas capazes de aliviar ou mesmo superar os obstáculos identificados.

Palavras-chave: Mediação jornalística, Ferramentas de transparência, Informação pública.

Abstract

Despite the improvement of public transparency after the re-democratization, hurdles in this regard persist in Brazil. This paper was based on an on-line questionnaire application with 60 reporters from two leading newspapers in the State of Ceará and we identified five hurdles in the mediation of public information. These are the following: (a) deficits in professional training, (b) the design of tools, (c) their technical use, (d) the temporality of newsmaking routines and (e) the influence of political and /or economic power. We discuss how these hurdles affect the role of journalism in the strengthening of democracy. We point how future research can overcome some methodological and empirical limitations of our work and how it could inquire about collective actions and public policies capable of alleviating or even overcoming the identified hurdles.

Keywords: Journalistic mediation, Transparency tools, Public information

APURAÇÃO COM FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA: Cinco obstáculos na mediação jornalística da informação pública

Thatiany NASCIMENTO
Diógenes LYCARIÃO

Em um dos casos mais emblemáticos da história recente da política cearense, uma investigação jornalística trouxe à tona o desvio de mais de R\$ 2 milhões que deveriam ser usados para construir kits sanitários em áreas pobres do interior, o chamado “escândalo dos banheiros”. O esquema direcionava dinheiro público para entidades “de fachada” conveniadas. No caso, a apuração jornalística¹ encontrou no Portal da Transparência respostas sobre verbas, pessoas envolvidas e municípios atendidos. Com os dados e em campo, jornalistas revelaram a fraude, posteriormente apurada pelo Ministério Público Estadual e denunciada à Justiça.

Anos depois, o Diário Oficial do Estado do Ceará (DOE) trouxe a informação de que um ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), afastado do cargo desde a acusação de envolvimento no “escândalo dos banheiros”, pediu antecipação da aposentadoria. O Governo do Ceará, conforme consta no DOE, aceitou o pedido e a decisão foi oficializada. Tratou-se de uma aposentadoria de R\$ 30.471,11 mensais. A informação, colhida no DOE pelos jornais locais², logo ganhou visibilidade e reverberou junto à população.

¹ A cobertura sobre o “escândalo dos banheiros” teve início em julho de 2011 e ainda se desdobra. A primeira matéria sobre o assunto, que considerou os usos das ferramentas de transparência, pode ser conferida na edição impressa do jornal O Povo do dia 14 de julho de 2011 com o título “Verba pública gasta com banheiros não localizados”.

² As matérias estão disponíveis nos seguintes endereços: no Diário do Nordeste: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/online/afastado-do-tce-por-desvios-de-verbas-teodorico-menezes-recebera-aposentadoria-de-r-30-4-mil-1.1725409> e no O Povo: <https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/03/teodorico-menezes-ganha-aposentaria-de-r-30-mil.html>

Em outra experiência, uma investigação jornalística³ sobre os decretos de emergência expedidos por cidades cearenses em decorrência da seca apontou incongruências entre a situação alegada pelos gestores e os gastos municipais. A reportagem fez uso do Portal da Transparência na busca de dados sobre as despesas dos municípios que solicitam verbas emergenciais. O repórter constatou que, apesar de muitas das localidades terem desistido de realizar festas de Carnaval, elas mantinham gastos cujas descrições eram superficiais e os valores nada razoáveis para cidades que haviam alegado prejuízos devido à estiagem.

Todos esses casos se referem a produções jornalísticas de alto impacto que se tornaram possíveis pelo uso das ferramentas de transparência pública como fonte de informação. As ações descritas são evidências da capilaridade e da interconexão entre os sistemas político e mediático (entre a transparência pública e o jornalismo), em experiências locais de mediação da informação pública. Os exemplos (produzidos e visibilizados em tempos e espaços distintos, por diferentes profissionais e empresas) são indiciários do potencial normativo da produção jornalística. Um potencial que, contudo, pode estar severamente limitado por diversas agências que afetam as rotinas produtivas do trabalho de apuração e publicação.

Em tal contexto, ao mesmo tempo que reforçamos a potencialidade do jornalismo para jogar luz sobre dados e fatos do Estado que, muitas vezes, são assaltados por interesses particulares, há fortes razões para justamente prever que há elementos estruturais e circunstanciais que impedem um trabalho jornalístico efetivamente consistente com os ideais de transparência e participação de uma democracia forte (Azevedo, 2006; Albuquerque, 2000; Albuquerque, 2019; Miguel, 2008; Rothberg, 2005; Waisbord, 2000). Enfocamos, neste trabalho, a mediação baseada em ferramentas de transparência que, criadas na (e pela) gestão estatal, são reconfiguradas e têm sua finalidade aprimorada quando utilizadas por agentes externos à administração pública. O jornalismo é entendido, em tal contexto, normativamente como um agente mediador (Lycarião, 2012) sem deixar de reconhecer sua agência como ator político bastante ativo na realidade sócio-

³ A reportagem está disponível em: <http://hotsite.diariodonordeste.com.br/especiais/dossie-seca/contingencias-seca.html>

política brasileira (Albuquerque, 2000; Albuquerque, 2019; Aldé; Mendes, Figueiredo, 2007; Dias, 2019; Lycarião, Magalhães, Albuquerque, 2018; Lycarião, Maia, 2015; Marques, Mont'alverne, Mitozo, 2018; Tavares, 2020).

A esse respeito, cabe esclarecer que, enquanto a dimensão normativa se refere ao conjunto de expectativas atribuídas ao jornalismo para que este possa contribuir para a edificação de uma democracia forte, a dimensão relativa à agência de ator político revela uma dimensão factual da realidade social. Uma em que a imprensa no Brasil tem se mostrado, por vezes, refratária à edificação de tal democracia. Sendo assim, compreender normativamente as práticas jornalísticas como mediadoras não exclui a constatação das ações que contradizem esse papel mediador. Ao contrário, faz das análises empíricas e históricas algo fundamental para se mostrar a distância entre a dimensão normativa (do dever ser) e o da facticidade (da dimensão do que é, do que existe). É essa tensão que está na base mesma de uma teoria crítica sobre o jornalismo e sua relação com a democracia.

É justamente essa base crítica que permite elencar diversos percalços e obstáculos que comprometem a qualidade da mediação da transparência pública pelo jornalismo. Sob tal base crítica, lançamo-nos, neste trabalho, a investigar a eventual persistência e complexidade desses obstáculos que impedem um uso ainda mais qualificado das ferramentas de transparência por parte de jornalistas. Isso não apenas nos grandes centros nacionais (como São Paulo e Rio de Janeiro), mas, como apontado por Ferracioli e Marques (2020, p. 33), também necessita ser observado em outras regiões do Brasil. Afinal, é impossível conceber uma democracia forte se a produção da transparência em questão alcança apenas alguns pontos específicos do território nacional e não se faz, portanto, presente nas demais regiões do país.

Munidos desses fundamentos, investigamos e discutimos as interferências encontradas nos regimes concretos de produção de notícias num nível mais local/regional, especificamente no Estado do Ceará. Para isso, aplicamos um questionário a 60 jornalistas de dois jornais de referência (Molina, 2007; Sousa, 2005) no Estado, a saber: Diário do Nordeste e O Povo.

Este trabalho está dividido em quatro seções. Na primeira, traçamos um panorama sobre a luta pela transparência no Brasil e o papel do jornalismo neste processo. Nela, problematizamos como esse papel pode estar sendo ameaçado ou limitado por diversos aspectos que, de modo interdependente, incidiram sobre as rotinas produtivas jornalísticas. Na seção seguinte, explicamos nossa estratégia metodológica para investigar e coletar as pedras no caminho da atividade jornalística para uma mediação da transparência pública.

Essa estratégia metodológica culminou na aplicação de questionário com 14 questões, dentre elas 8 abertas e 6 de múltipla escolha. Destas, 3 foram escalonadas (Vieira, 2009). A aplicação do questionário foi efetivada com 60 repórteres dos jornais selecionados. Na seção posterior do artigo, detalhamos os resultados da pesquisa.

A análise decorrente do questionário identificou, a partir dos fenômenos relatados de forma recorrente e similar nas respostas dadas às questões abertas, interferências de distintas naturezas na mediação jornalística da transparência pública, as quais foram agrupadas em cinco dimensões relacionadas: a) aos déficits na formação profissional; b) à qualidade (o desenho) das ferramentas; c) à operacionalização técnica das ferramentas; d) às limitações impostas pela temporalidade acelerada das rotinas produtivas; e) à influência do poder econômico e/ou político na produção da notícia. Na discussão dos resultados, indicamos a importância e interdependência dessas dimensões para guiar políticas públicas e um trabalho de crítica social capazes de aliviar as limitações e ameaças ao trabalho jornalístico na mediação da transparência pública.

Ao final da última seção, discutimos como pesquisas futuras podem corrigir limitações metodológicas desta investigação e como os resultados podem ser, assim, confrontados com outras regiões do território nacional.

A demanda por transparência no Brasil e o papel exercido pelo jornalismo

Para adquirir força, a democracia moderna pressupõe transparência pública (Bobbio, 2000) e deve contar com ações e dispositivos capazes de concretizar tal fundamento. Esclarecemos que, neste trabalho, a ênfase dada ao princípio da transparência pública relaciona-se muito mais à sua aplicabilidade prática do que a uma discussão aprofundada sobre sua dimensão conceitual, tendo em vista a necessidade de, neste espaço, nos determos ao recorte empírico proposto.

Explicitado tal ponto, seguimos refletindo sobre a demanda por transparência na democracia brasileira contemporânea, apontando, de forma breve, algumas iniciativas que têm respondido a esse princípio em quase 30 anos da Constituição Federal de 1988 formalmente em vigor. Para melhor identificar as concepções trabalhadas, apresentamos a descrição da ideia de transparência feita por Gomes, Amorim e Almada (2018) e incorporada por esta pesquisa.

Chegando ao campo das aplicações contemporâneas, uma instituição transparente não é, tecnicamente, simplesmente uma em que tudo está escancarado [...]. Transparente, como o contrário de opaco, significa que uma instituição desta natureza é aquela em que não se veda o olhar, não há acessos blindados, governos invisíveis, arcanos e mistérios, razões que não podem ser compartilhadas (as velhas Razões de Estado) [...]. (Gomes; Amorim; Almada, 2018, p. 2)

Para os autores, “há transparência quando há controle cognitivo externo de um ato, ou do que dele resulta, para além do agente que o praticou” (Gomes; Amorim; Almada, 2018, p. 5). Na gestão pública, tal princípio é consolidado quando sujeitos, independentes do agente que realizou determinada ação, podem acessar a informação necessária que possibilita saber que ato foi praticado, por quem e em qual situação.

No histórico da gestão pública brasileira, a retenção de informações, em geral, tem sido a regra (Jardim, 1999). Contudo, a partir da redemocratização do país, diferentes normas com foco na transparência pública foram sancionadas, dentre elas: a Lei de Arquivos (1991), a Lei do Processo Administrativo (1999), a Lei de Responsabilidade Fiscal

(2000), a Lei da Transparência⁴ (2009) e a Lei de Acesso à Informação (2011). Embora este trabalho não aprofunde a exposição de como se deu o estabelecimento dessas normas, destacamos que muitas delas são frutos de intensas mobilizações da esfera civil junto à esfera política para a materialização da transparência no Brasil.

A normatização dessas legislações, de modo geral, tem refletido a criação de leis de caráter semelhante nos estados e municípios, a exemplo do Portal da Transparência e da Lei de Acesso à Informação. Estes dispositivos se desdobram em mecanismos de acesso e mediação da informação pública, especialmente através da ambiência digital. Contudo, a efetivação da transparência tem alto nível de variação a depender da ferramenta, do nível de governo e das instituições (Araújo; Reis; Cardoso, 2016; Raupp; Pinho, 2016; Negri; Santos, 2019). Tais variações e nuances têm sido alvo de todo um conjunto de pesquisas que se agregam à agenda de pesquisa sobre democracia digital (ver Mendonça, Pereira, Filgueiras, 2016; Sampaio *et al.*, 2021).

Para fins de análise do uso de ferramentas de transparência pela mediação jornalística, há uma distinção basilar que estabelece os tipos passivo e ativo de transparência. Para a Controladoria Geral da União (2016), a transparência ativa é entendida como aquela em que há disponibilização da informação de maneira espontânea (proativa) pela gestão pública e a passiva como aquela que depende de uma solicitação do público, ou seja, que precisa ser provocada para dar respostas. Para fins desta análise, serão consideradas ferramentas de transparência ativa (Portal da Transparência, Diário Oficial e Portal de Compras do Governo) e passiva (Lei de Acesso à Informação). A opção por esses mecanismos se baseia nos resultados da pesquisa empírica realizada com repórteres dos jornais selecionados.

Explicitadas algumas definições estruturantes deste trabalho, passaremos, na seção a seguir, a indicar como o desenvolvimento das ferramentas de transparência se relaciona

⁴ Lei Complementar 131/2009 que determina a criação do Portal da Transparência.

com a mediação jornalística, seja de modo a fortalecer ou a prejudicar suas funções comunicativas para a democracia.

Recursos administrativos e instrumentos de mediação jornalística

A criação de meios para concretização do princípio da transparência pública é ponto estrutural para manutenção e aprofundamento das experiências denominadas democráticas (Bertot; Jaeger; Grimes, 2010; Heald, 2006). Destacamos que, no cenário brasileiro, em que historicamente perdura a opacidade estatal (Jardim, 1999), a ausência de tais dispositivos poderia provocar maiores restrições de acesso (seja pelo tempo levado para acessar, pelo meio ou pela disponibilidade) às informações públicas. No limite, estas sequer chegariam a ser fornecidas.

Os dispositivos de transparência trazem em si o valor democrático que evocam. As ferramentas trabalhadas nesta pesquisa têm natureza e dimensões diferentes. Esses instrumentos conduzem a temas/áreas de interesses diversos e, por isso, também podem ser categorizados em distintos potenciais de alcance e abertura pública. No entanto, tais ferramentas têm em comum um traço já mencionado: em maior ou menor grau, são potencialmente capazes de, ao fornecerem informações relevantes, gerarem mapas de identificação dos atos e das condutas dos representantes do Estado em seus aspectos políticos e administrativos.

Nesse movimento, entre as aspirações e as concretudes democráticas, argumentamos ser possível vislumbrar o papel do jornalismo, em perspectiva normativa, como mediador nas democracias (Gentili; Dutra, 2016; Blumler; Gurevitch, 1990; Lycarião, 2012), fornecendo, dentre outros, insumos informativos contextualizados capazes de gerar a compreensão, o acompanhamento e a vigilância dos governados sobre os atos e as ações dos governantes. A esse respeito, Gentili e Dutra (2016, p. 138) ressaltam que “[...] a divulgação de informações oficiais consideradas sigilosas contribuem para a redução de assimetrias informacionais”.

Na introdução deste trabalho, ilustramos alguns casos em que dispositivos de transparência foram utilizados por jornalistas para reduzir tais assimetrias. Ademais, pesquisas recentes têm indicado que o uso dos dispositivos de transparência, especialmente aqueles providos pela Lei de Acesso à Informação (LAI), tem sido incorporado às rotinas produtivas de veículos jornalísticos (Ferracioli, Marques, 2020; Sousa, Geraldles, 2016).

Contudo, essa incorporação, segundo esses estudos, dirige-se, de maneira concentrada, sobre Brasília e sobre o poder Executivo, ou seja, com foco no governo federal. Ademais, até o momento, não foram feitos estudos que investiguem as limitações e obstáculos à transparência pública em um nível mais local/regional e a partir da visão dos jornalistas. A literatura sobre essa incorporação ainda carece de uma investigação empírica mais abrangente dos instrumentos da transparência pública. Isso porque, em tal literatura, ainda há uma análise bastante focada na LAI, o que, a nosso ver, reduz a complexidade e amplitude dos mecanismos de transparência.

Para justamente apreender a mediação jornalística da transparência pública e seus obstáculos de maneira abrangente, consideramos que repórteres são fontes privilegiadas para revelar os aspectos que incidem sobre as rotinas produtivas. Nesse ponto, sobressai-se a relevância de apreender os fenômenos vivenciados e as percepções dos jornalistas quanto aos caminhos percorridos para viabilizar a mediação da transparência pública.

Limitações e obstáculos são plausíveis de se manifestarem nas rotinas produtivas das redações de jornais de referência, uma vez que os próprios agentes estatais e governamentais buscam dificultar ou impedir o acesso à informação pelos jornalistas, mesmo quando a solicitação se mostra legal e legítima (Ferracioli, Marques, 2020; Sousa, Geraldles, 2016). Em paralelo a isso, outras pesquisas têm apontado déficits na formação e treinamento dos profissionais em relação ao jornalismo investigativo (Rocha; Silva, 2014), o que dificulta a formação das habilidades necessárias para que as ferramentas de transparência sejam efetivamente utilizadas.

Outro ponto de destaque são os efeitos que o controle econômico e/ou político dos meios acabam gerando nas práticas da imprensa brasileira de referência, manifestamente por

meio de uma postura frequentemente refratária ou ambivalente em relação à democracia (Azevedo, 2006; Albuquerque, 2000; Albuquerque, 2019; Rothberg, 2005). Adiciona-se a isso as recentes mudanças tecnológicas, de mercado e nas rotinas produtivas (Figaro, 2013; Pereira; Adghirni, 2011) que têm, ao final, reforçado essas posturas de modo a promover incentivos aos veículos para adotarem um jornalismo que privilegia mais a velocidade de publicação do que a qualidade das produções. Por fim, vale ressaltar que tais mudanças também apontam para incentivos de mercado a uma postura mais advocatícia e opinativa das práticas jornalísticas, relegando a dimensão objetiva da cobertura e as investigações de profundidade a segundo plano (Lycarião; Magalhães; Albuquerque, 2018).

Sendo assim, nosso percurso metodológico se construiu a partir da seguinte pergunta de pesquisa: *quais fatores incidiram sobre a mediação jornalística da transparência pública de modo a limitá-la ou mesmo impedi-la nas rotinas produtivas de periódicos de referência de abrangência local/regional?*

Procurando as pedras no caminho: percurso metodológico

Para responder à nossa pergunta de pesquisa, selecionamos dois periódicos de referência do Ceará, nomeadamente Diário do Nordeste e O Povo. A seguir, faremos uma breve descrição e caracterização desses jornais e, em seguida, explicaremos sob que fundamentos e procedimentos realizamos a aplicação de questionário *on-line* aos profissionais de tais veículos.

O Diário do Nordeste, localizado em Fortaleza, pertence à família Queiroz e foi criado em 1981. O periódico é parte do Sistema Verdes Mares (SVM) e desde 1997 conta com um site, onde todo o conteúdo da versão impressa é disponibilizado, além de material produzido exclusivamente para a ambiência digital. Atualmente, o jornal conta apenas

com sua versão digital, tendo descontinuado sua versão impressa em fevereiro de 2021⁵. O periódico possui, também, perfis nas seguintes mídias sociais: Twitter, Facebook, Instagram e Youtube. Já o jornal O Povo, também localizado em Fortaleza, é pertencente à família Dummar e teve origem em 1928, sendo o periódico mais antigo em atividade no Ceará. O periódico integra o Grupo de Comunicação O Povo, e também iniciou as atividades no portal em 1997, passando, desde então, a disponibilizar o conteúdo da versão impressa nessa nova plataforma, além das notícias produzidas especificamente para o site. O jornal O Povo também tem perfis no Twitter, Facebook, Instagram e Youtube.

Para encontrar os obstáculos à mediação jornalística das ferramentas de transparência no caso concreto desses dois periódicos, aplicamos questionários *on-line* – por meio de uma ferramenta do *Google Docs* –, entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, a 73 repórteres dos dois jornais. Este número diz respeito ao total de pessoas que, na ocasião, estavam empregadas nos dois jornais desempenhando a função de repórter, segundo informações disponibilizadas pelas próprias organizações. Do total de repórteres, 32 estavam ligados ao jornal O Povo e 41 ao Diário do Nordeste.

A identificação quantitativa e nominal dos repórteres, bem como as informações sobre enquadramento funcional, distribuição nas editorias e os contatos de e-mail e telefone (da redação) de cada profissional foram disponibilizadas a esta pesquisa formalmente pelas duas empresas por meio do repasse do *mailing* da redação na segunda semana de dezembro de 2017.

O questionário contou com 14 questões, sendo 8 abertas e 6 de múltipla escolha. Entre as de múltipla escolha, 3 foram escalonadas (Vieira, 2009). As perguntas do questionário foram organizadas em três etapas temáticas, obedecendo a uma ordem lógica: dados pessoais, dados profissionais e hábitos de trabalho. A versão anônima e completa do

⁵ “Diário do Nordeste anuncia fim de sua versão impressa”. Disponível em: <<https://www.portaldosjornalistas.com.br/diario-do-nordeste-anuncia-fim-de-sua-versao-impressa/>> Acesso em 12 abr. 2021.

mesmo pode ser encontrada no seguinte endereço:
<https://figshare.com/s/3c491f25dc45b991d63f>.

A pesquisa teve adesão de 82% dos jornalistas, o equivalente a 60 respondentes, distribuídos em todas as editorias dos jornais (Economia, Polícia, Cotidiano, Política, Reportagem Especial, Cultura, Entretenimento, Tecnologia, Esportes e *On-line*).

Adotado como ferramenta metodológica, o questionário é caracterizado como “um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre determinado tema [...]” (Vieira, 2009, p. 15). Ao ser incorporado à pesquisa, o questionário ajudou a traçar um diagnóstico de quantos e quais jornalistas de fato autodeclaram fazer uso dessas ferramentas, e possibilitou coletar dados sobre o modo como esses processos ocorrem, bem como identificar as interferências (obstáculos) nesse percurso.

Resultados e discussão

Em relação aos hábitos de trabalho, dos 60 repórteres, 90% indicaram utilizarem as ferramentas para a produção de notícias em uma das seguintes frequências: raramente, razoável, bastante e sempre (Tabela 1). Os outros 10% revelaram que nunca fizeram uso desse tipo de ferramenta na elaboração de matérias/reportagens. Tal resultado indica que as ferramentas de transparência, apesar dos agravos, estão incorporadas às rotinas produtivas de parte significativa das redações pesquisadas.

Tabela 1 - Uso das ferramentas de transparência pública como fonte de informação por repórteres dos jornais Diário do Nordeste e O Povo

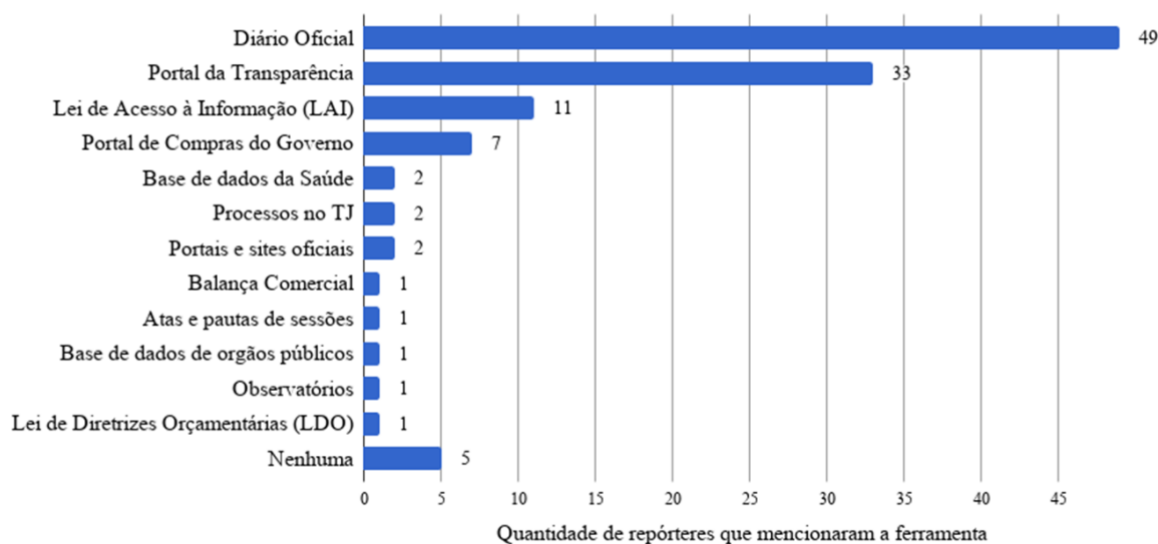
Frequência	Números Absolutos	Porcentagem
Nunca	6	10%
Raramente	21	35%
Razoável	20	33,33%
Bastante	8	13,33%
Sempre	5	8,33%
Total Geral	60	100%

Fonte: Criação dos autores

O questionário também levantou dados sobre quais ferramentas são utilizadas pelos repórteres. Nesta questão, constavam as quatro opções elencadas neste trabalho e também a possibilidade de inclusão de outros mecanismos pelos respondentes. Os repórteres puderam marcar mais de uma alternativa. O Diário Oficial é o dispositivo mais usado por jornalistas na apuração de informações públicas no Ceará, com adesão de 81,6% dos repórteres de redação (Gráfico 1). Os dados coletados nessa questão justificam a escolha das ferramentas abordadas no presente artigo.

Gráfico 1 – Representação gráfica das respostas dadas por jornalistas do Ceará ao questionamento de quais ferramentas de transparência pública utilizam para a produção de notícias.

Quais ferramentas de transparência pública são usadas por você na produção de notícias?



Fonte: Criação dos autores

Na tentativa de identificar as razões para o não uso e/ou os obstáculos na utilização de ferramentas de transparência na apuração de informações públicas no Ceará, duas questões abertas do questionário trataram do assunto. Em uma delas, dirigida aos repórteres que afirmaram não empregarem as ferramentas na apuração, foi solicitada a indicação de motivos para a “não utilização”. Outra questão pediu que os jornalistas mencionassem “se há e quais as principais dificuldades enfrentadas na apuração de informações públicas por meio das ferramentas de transparência no Ceará”. Esta foi preenchida pelos 60 profissionais. Destes, 7 disseram não saber responder, ou desconhecer as dificuldades, e 2 declararam-se satisfeitos com as ferramentas.

Todos os demais elencaram obstáculos de naturezas distintas, os quais optamos por agrupar em cinco dimensões relacionadas: a) aos déficits na formação profissional; b) à qualidade do desenho das ferramentas; c) à operacionalização técnica das ferramentas; d) às limitações impostas pelas rotinas produtivas; e, por fim, e) à influência do poder

econômico e/ou político na produção da notícia. Portanto, chegamos a essas dimensões a partir dos fenômenos evidenciados nas respostas ao questionário, e as agrupamos com base nos aspectos recorrentes e das similaridades nos apontamentos.

Além disso, embora as categorias tenham aproximações e se relacionem, conforme será explicitado mais à frente, elas têm pontos específicos que as caracterizam como dimensões diferentes. Um exemplo são as dificuldades de operacionalização técnica das ferramentas que, na aplicação no dia a dia, podem estar conectadas e ser reflexos dos déficits na formação profissional, bem como da qualidade no desenho das ferramentas. Contudo, os atributos próprios dessa categoria a fazem distinta.

Esta categorização não foi construída nem é apresentada de modo hierárquico e, paralelamente, destacamos também que não atribuímos peso ou equivalências às dimensões. Acreditamos que a ocorrência dos fenômenos envolvidos nas cinco dimensões analíticas se dá, muitas vezes, de forma paralela e integrada em regimes concretos de produção de notícias. Desse modo, o agrupamento proposto tem objetivo didático, para que essas interferências distintas, porém complementares e interdependentes entre si, possam ser melhor exploradas e explicitadas, favorecendo a análise prática de nuances imbricadas em dimensões de naturezas diferentes.

Déficits na formação profissional

Um dos entraves revelados pelos jornalistas do Ceará é da ordem da formação profissional. De acordo com os repórteres, esses obstáculos ocorrem no cotidiano, pois as instituições de ensino superior, de modo geral, não capacitam os jornalistas em formação para o uso das ferramentas como instrumentos vigorosos de apuração, nem os formam para o trato crítico-reflexivo da valorização da transparência pública na cobertura jornalística. Além disso, relatam os repórteres, as empresas não incentivam e tampouco investem em capacitação para garantir o manejo hábil e produtivo dos mecanismos de transparência.

As respostas à pergunta que tratava da formação para o uso das ferramentas dão subsídios para o diagnóstico da realidade local. Ao serem indagados, em pergunta de múltipla escolha, com quem/onde tiveram atividades de formação para a utilização desses mecanismos, os repórteres puderam marcar mais de uma alternativa e acrescentar outras, caso fosse necessário. Do 60 respondentes, 35 (58,3%) afirmaram que aprenderam com colegas de trabalho, para 31 (51,7%) o aprendizado ocorreu de modo solitário, para 11 (18,3%) foi por meio de editores, 9 (15%) através de cursos especializados no assunto buscados por iniciativa própria, 3 (5%) disseram ter aprendido ao participarem de cursos especializados no assunto ofertados pela própria empresa, 2 (3,3%) aprenderam na graduação, nenhum na pós-graduação e os demais alegaram, nessa questão, não utilizarem tais mecanismos.

Esse cenário ilustra as ponderações de Rocha e Silva (2014), ao desenvolverem um estudo sobre a necessidade de inclusão do conhecimento em investigação jornalística nos cursos de graduação do Brasil. Os argumentos das autoras, reiterados neste trabalho, enfatizam que, para garantir o atendimento das demandas da profissão, da sociedade e do mercado, as inovações, que incluem as formas de apuração jornalística, precisam ser transportadas para a academia, na perspectiva de que isso possa se desdobrar em ampliação da produção de jornalismo investigativo utilizando bases de dados e apuração com precisão, sob a ótica crítico-reflexiva. Isso, sob nosso ponto de vista, também implica num melhor tratamento dado à teoria política e democrática no âmbito dos cursos de graduação em Comunicação Social e em Jornalismo.

Apesar da ênfase na responsabilidade da academia em práticas de valorização do aprofundamento da democracia, por meio da apropriação e uso de determinados dispositivos, não dispensamos as organizações jornalísticas desse dever. Desse modo, entendemos que é uma atribuição tanto das próprias empresas, assim como das Instituições de Ensino Superior (especialmente aquelas que oferecem cursos na área de Comunicação e/ou Jornalismo), proporcionar capacitações em jornalismo de dados e uso de dados abertos a fim de garantir competência aos profissionais para o exercício das funções normativas atribuídas ao jornalismo. Entendemos, contudo, que o oferecimento desse tipo de capacitação pode ser prejudicado no caso das empresas privadas

(comerciais) por outro obstáculo, relacionado à economia política da produção da notícia, o qual será tratado neste trabalho mais adiante.

Qualidade (desenho) das ferramentas

Um outro obstáculo é externo ao campo mediático. Para Silva *et al.* (2020), o nível de abertura de dados governamentais (o que, segundo os autores, é fundamental para a transparência) está relacionado a diversos aspectos do desenho técnico e institucional das ferramentas de transparência discutidas neste trabalho. Diversos problemas apontados pelos jornalistas referem-se ao que Silva *et al.* (2020) enquadram como operacionalidade, interatividade e inteligibilidade da informação ofertada através dos portais e ambientes governamentais *on-line*, os quais são oriundos das inovações estruturais na comunicação entre o Estado e a esfera civil propiciadas pela internet.

Segundo os jornalistas participantes da pesquisa, o uso das ferramentas é comprometido pelas características dos próprios dispositivos, pois estes (em maior ou menor grau) trazem em si as seguintes dificuldades:

- a) Incompletudes nas informações oferecidas;
- b) Dados apresentados de modo pouco objetivo e inteligível;
- c) Linguagem técnica especializada de difícil compreensão;
- d) Permanência da opacidade estatal⁶.

Outro ponto relativo ao desenho das ferramentas bastante mencionado diz respeito aos prazos de resposta da Lei de Acesso à Informação (LAI) – de 20 dias, prorrogáveis por

⁶ Isso ocorre quando: as informações não estão visíveis nas ferramentas; constata-se indisponibilidade de versões em formato aberto; identifica-se problemas na arquitetura das plataformas; há atrasos na disponibilização dos dados e falhas na atualização nas plataformas institucionais.

mais 10 dias – considerados excessivos pelos jornalistas. O êxito do acesso às informações desejadas também é evidenciado como problema. Muitas vezes, relatam os jornalistas, a informação obtida não responde ao questionamento feito. Ainda assim, os Sistemas de Informação da LAI consideram a demanda atendida, pois algum dado foi repassado.

Barreiras dessa dimensão são pontos de estrangulamento da garantia da transparência. Isso porque não adianta a gestão pública manter tais dispositivos sem assegurar a devida atenção à qualidade de operação dos mesmos. Tais barreiras são desafios postos a toda a sociedade e, no caso específico aqui tratado, avaliamos que, para superá-los, é necessário, dentre outras medidas, cobrar dos gestores e legisladores aperfeiçoamento das ferramentas de transparência.

Operacionalização técnica das ferramentas

Outra dimensão identificada são as dificuldades atreladas à operacionalização das ferramentas. Estas dificuldades podem ser efeito das outras duas já apresentadas, pois quanto mais precária for a formação profissional (seja na universidade ou na própria organização jornalística) e quanto mais opaco e pouco inteligível for o desenho institucional e operacional dessas ferramentas, mais esse tipo de dificuldade tende a aparecer. As respostas dos profissionais revelam queixas que mostram essa interdependência entre as diferentes dimensões que acabam por prejudicar a mediação jornalística das ferramentas de transparência pública:

- a) Desconhecimento em relação à forma de uso das ferramentas;
- b) “Complexidades” no caminho para chegar até os dados;
- c) Falta de preparo tanto de repórteres como de editores para manipular tais mecanismos;
- d) Desconhecimento dos ambientes e das linguagens das ferramentas.

Nesta dimensão, os obstáculos referem-se propriamente à experimentação das ferramentas. No campo dos saberes, definidos por Fidalgo (2008) como compostos por três componentes: conhecimento, capacidade e competência, esses percalços estão atrelados à capacidade de realização de atividades concretas, que podem ser treinadas no cotidiano. O que impede ou dificulta a mediação das ferramentas de transparência, de acordo com os respondentes, são obstáculos de compreensão e exercício técnico do uso.

Avaliamos que tais interferências ratificam os argumentos de Machado (2003) que, ao abordar o ciberespaço como fonte para a produção de notícias, defende a hipótese de que “mais que ferramentas ao dispor dos jornalistas, as tecnologias de circulação e armazenamento de dados são o indício de fenômeno mais amplo que exige diferentes habilidades dos profissionais do jornalismo” (Machado, 2003, p. 4). As limitações evidenciadas nesta dimensão incidem justamente na realização de atividades práticas do exercício profissional.

Desse modo, avaliamos que o usufruto das ferramentas de transparência na apuração jornalística implica o treinamento prévio dos jornalistas para lidar com as particularidades técnicas nessa nova ambiência e, também, na necessidade de um desenho institucional e técnico das ferramentas de modo a facilitar seu uso não apenas pelos jornalistas, mas pelo público como um todo. Ressaltamos que, na relação entre transparência e atuação jornalística, a segunda só é capaz de aprofundar a primeira quando detém competência (incluindo a capacidade técnica) para explorar esses dispositivos com vigor analítico para materializar o fundamento democrático. Do contrário, há riscos de coberturas superficiais e até nocivas para a democracia (ver Miguel, 2008; Albuquerque; Ladeira; Silva, 2002; Albuquerque, 2019).

Limitações temporais impostas pelas rotinas produtivas

Nos obstáculos relacionados às rotinas produtivas, os repórteres dos dois jornais apontam como ações características: a incompatibilidade de tempo entre a apuração e o *deadline* dos jornalistas (em geral, cada repórter tem entre 5 e 7 horas de trabalho diárias), sobretudo nas produções para o ambiente digital; falta de tempo não só para a apuração,

mas também para a interpretação dos dados, com limitações para filtrar informações públicas e contextualizá-las em tempo hábil; ausência de motivações (por parte dos chefes imediatos, da empresa e pessoais) para o uso de tais ferramentas; e problemas com a apuração complementar das informações, pois, segundo os repórteres, é comum que fontes oficiais não comentem os dados apurados através das ferramentas, a fim de “derrubar” a pauta ou atrasar a produção das matérias.

Argumentamos que tais situações reafirmam dilemas históricos do exercício da profissão, mas também mantêm relação direta com o conjunto de transformações que o jornalismo vem passando nos últimos anos. Pereira e Adghirni (2011) apontam, como pontos ilustrativos do estabelecimento de novos processos e rotinas produtivas, a aceleração dos fluxos de produção e disponibilização da notícia. Essa celeridade, esclarecem, tem raízes mais profundas do que a introdução da internet e está relacionada com a aceleração do tempo social. Em paralelo à aceleração, perduram as cobranças por publicações bem apuradas e com diversidade de fontes. Os autores chamam atenção para a permanência desse antigo paradoxo, indagando: “[...] como produzir jornalismo de qualidade se não há disponibilidade de tempo hábil para uma boa apuração? Como conciliar as demandas por velocidade e 'verdade' na produção jornalística?” (Pereira; Adghirni, 2011, p. 46)

A ampliação da comunicação digital na produção jornalística, argumenta Figaro (2013), estabeleceu uma rotina de trabalho moldada pelo “nanotempo”, cujo significado não está atrelado ao tempo que de fato caracteriza a vida cotidiana, mas sim a um tempo medido nos negócios da empresa. Em sentido literal, equivale ao tempo reduzido/encurtado. Isso se conecta diretamente à análise de Sousa e Geraldês (2016, p. 10) de que o uso das ferramentas de transparência nas rotinas produtivas “exige um tempo de produção que o jornalismo não pode, não quer ou não consegue oferecer”.

Neste trabalho, alertamos justamente para as implicações dessa natureza. No caso específico da utilização das ferramentas, ponderamos que a cobrança por rapidez nas rotinas produtivas compromete o bom usufruto dos mecanismos de transparência. Isso tanto na apuração e checagem das informações – tendo em vista, por exemplo, que o design operacional desses dispositivos nem sempre favorece uma decodificação imediata da informação, demandando dos profissionais tempo, aprofundamento e competências

mais refinadas, conforme já tratamos anteriormente – como também na produção e apresentação desses materiais.

Influência do poder econômico e/ou político na produção da notícia

A quinta dimensão aqui apresentada é um aspecto crucial na produção de notícias: a economia política e suas implicações no desempenho da cobertura realizada pela imprensa de referência (Azevedo, 2006; Rothberg, 2005). Conforme as respostas dos repórteres ao questionário, demonstram-se evidentes as complicações ligadas à influência do poder econômico e/ou político na produção de notícias que têm como fonte as ferramentas de transparência. Mesmo que não ocorra de modo profundamente contínuo, contudo, segundo relatos, por ser um obstáculo estrutural, gera muitas vezes a cultura da censura prévia entre os profissionais (chefes e repórteres) e isso acaba comprometendo o exercício cotidiano. Para os repórteres, esse tipo de obstáculo se materializa quando as informações obtidas via mecanismos de transparência são impedidas de se tornarem notícias, pois podem afetar as relações entre o governo e os jornais (principalmente, se considerado o binômio anunciante–empresa). Essa interferência, relatam, faz inclusive com que pautas oriundas de tais fontes de informação cheguem a ser “derrubadas” prematuramente.

Esse confronto de interesses nem é novo, muito menos desconhecido na atuação jornalística brasileira e da América Latina como um todo (Waisbord, 2000). Assim, a avaliação dos repórteres reitera a contradição que o jornalismo comercial guarda em si. Tal problema é um gargalo estrutural na contribuição do jornalismo para a vitalidade da democracia. A permanência de tais interferências tem colocado em questão a legitimidade da imprensa em cumprir as funções normativas de atuação em prol do interesse público e da democracia (Albuquerque, 2000; Albuquerque, 2019; Aldé; Mendes, Figueiredo, 2007; Dias, 2019; Lycarião, Magalhães, Albuquerque, 2018; Lycarião, Maia, 2015; Marques, Mont'alverne, Mitozo, 2018; Tavares, 2020).

Ademais, a natureza comercial da imprensa de referência e do sistema mediático brasileiro como um todo não estimula que as empresas invistam recursos (especialmente

num cenário de crise econômica do setor) para a capacitação do seu quadro de profissionais. Daí que, num cenário de cortes e demissões, a promoção de capacitações é, muitas vezes, relegada a segundo plano, especialmente no caso de jornais locais/regionais, os quais possuem capacidade ainda mais limitada de investimento.

Como forma de se garantir, então, a proteção da mediação jornalística do controle econômico e/ou político, uma série de estudos evidenciam os benefícios de se fortalecer o sistema público de mídia (Nielsen *et al.*, 2016; Sehl, 2020). Por isso, um dos maiores desafios, nesse sentido, é reverter o processo de desmonte das potencialidades da radiodifusão pública no Brasil (Lopes, 2018) e, paralelamente, estabelecer uma cultura de financiamento exclusiva de leitores de modo a sustentar redações que sofram influência do seu público leitor, e não de anunciantes (Mick; Tavares, 2017).

Considerações finais

No presente trabalho, lançamo-nos a investigar os fatores que incidem sobre as rotinas produtivas de jornais de referência de alcance local/regional de modo a dificultar ou mesmo impedir a mediação da transparência pública. Nosso recorte empírico se mostra relevante ao atual momento em que já se sabe que jornais de projeção mais nacional incorporam regularmente mecanismos de transparência pública nas suas rotinas produtivas (Ferracioli; Marques, 2020; Sousa; Geraldles, 2016).

Ao nos lançarmos em uma investigação de jornais de referência de alcance mais local/regional, conseguimos observar se essa incorporação ultrapassa o centro da imprensa de referência e, portanto, acaba por se constituir em uma prática regular e não excepcional da imprensa brasileira. Os resultados, contudo, apontam que, mesmo que parte significativa dos profissionais incorporem regularmente os mecanismos de transparência em suas rotinas produtivas, essa parte ainda é minoritária.

De todo modo, isso confirma o que estudos anteriores reportaram. Sousa e Geraldles (2016, p. 10) notaram que os 11 jornalistas mais demandantes de pedidos feitos com base na LAI entre 2011 e 2012 geraram quase dois mil pedidos, enquanto a média foi de apenas

seis pedidos por solicitante. Isso significa que temos, então, dentro das redações, um conjunto de jornalistas que se especializam no uso das ferramentas de transparência e acabam utilizando-as com uma frequência bem superior à dos demais colegas.

Uma contribuição da presente pesquisa consistiu em ampliar o foco da análise do uso de ferramentas de transparência pelos jornalistas para além de uma ferramenta em específico, seja ela a LAI ou o Portal da Transparência. Ao ampliar o escopo de análise, pudemos perceber que o uso das ferramentas de transparência pode se dar num nível muito mais intenso e frequente do que análises mais restritas podem sugerir.

Já em relação aos fatores que dificultam ou mesmo impedem a mediação da transparência pública pelos jornalistas em suas rotinas produtivas, os planos analíticos considerados neste trabalho são múltiplos e se articulam de modo complexo, estando organizados em cinco dimensões: a) déficits na formação profissional; b) o desenho das ferramentas em si; c) o uso técnico destas; d) a temporalidade das rotinas produtivas; e) a influência do poder político e/ou econômico.

Conforme explicitado, essas barreiras impostas à mediação da transparência se dão de modo tão integrado e de modo interdependente na produção de notícias que não é possível estabelecer, com precisão, qual delas teria mais peso ou relevância. Isso porque não adianta, por exemplo, que as organizações jornalísticas consigam se livrar das interferências indevidas do controle político e/ou econômico de produção jornalística se o desenho institucional e técnico das ferramentas inviabilizar seu uso satisfatório e se os jornalistas não tiverem formação técnica (em jornalismo de dados, por exemplo) e teórica (em teoria democrática, por exemplo) para fazer o melhor uso possível delas.

Embora resulte de uma pesquisa empírica local, a literatura referenciada permite pensar que os achados desta investigação são indiciários de processos que se replicam em escalas regionais e nacionais. Contudo, mais pesquisas são necessárias para testar a validade desta análise. No caso, pesquisas futuras podem superar limites da nossa investigação de modo a verificar, por exemplo, se o uso das ferramentas que requerem mais formação técnica está concentrado nas grandes redações (de abrangência nacional) ou se ele também ocorre com frequência nas redações locais/regionais. O papel ocupado pelos nativos digitais

afeitos ao jornalismo de dados, como o Nexo Jornal, por exemplo, também pode ser explorado em pesquisas futuras com o intuito de determinar os atores mais relevantes e especializados no uso de ferramentas de transparência.

Diante dos obstáculos à mediação jornalística encontrados, pensamos que a resolução de qualquer uma das dimensões identificadas de modo isolado não garantirá a efetivação integral da transparência. Contudo, acreditamos que ações que revertam qualquer uma delas podem ajudar a equacionar e dinamizar os demais problemas, a fim de garantir um percurso, ainda que mínimo, de transformação integral do cenário de opacidade estatal. A esse respeito, elencamos, com base na literatura revisada, as seguintes políticas e ações coletivas capazes de aliviar ou mesmo superar os obstáculos identificados:

- Ampliar o ensino de teoria política e democrática no âmbito dos cursos de graduação em Comunicação Social e em Jornalismo.
- Reforçar tanto nas empresas como nas Instituições de Ensino Superior (IES) que tenham cursos ligados à Comunicação e/ou Jornalismo a formação em jornalismo de dados e uso de dados abertos.
- Gestores e legisladores devem aperfeiçoar o desenho institucional e operacional das ferramentas de transparência para facilitar seu uso ampliado pela população.
- Desenvolver um sistema público de mídia distante tanto das ingerências do Estado (especialmente do governo de ocasião) quanto das forças do mercado e de suas elites econômico-políticas.
- Estimular, através do financiamento exclusivo de assinantes, redações autogestionadas por jornalistas e cujas organizações possuam uma cultura participativa e transparente de produção jornalística.

Para concluir, ressaltamos que o arcabouço legal que garante instrumentos de transparência na gestão pública brasileira requer aprimoramento. A informação é, sem dúvida, um componente de fortalecimento da democracia. No entanto, é necessário refletir sobre a forma como é tratada/apresentada e os possíveis efeitos que gera. Diante disso, os obstáculos relatados ao longo deste artigo podem ser considerados como parte de uma contribuição à análise crítica do sistema mediático brasileiro. Isso porque, ao afetarem o aprofundamento dos processos de mediação, eles comprometem o papel

democrático do jornalismo na medida em que ajudam a formar e conformar coberturas superficiais e nocivas à comunicação democrática, podendo, no limite, impedir que esta aconteça.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso; LADEIRA, João Damasceno Martins; SILVA, Marco Antonio Roxo da. Media Criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 166-183, 2002. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/427/396>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Journalism*, v. 20, n. 7, p. 906-923, 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1464884917738376>>_. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso. Um outro quarto poder: jornalismo e responsabilidade política no Brasil. *Contracampo*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 23-57, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17299>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. *Política & Sociedade*, v. 6, n. 10, p. 153-172, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1688/1432>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ARAÚJO, Ana Caroline; REIS, Lucas; CARDOSO, Rafael Cardoso. Do Transparency and Open Data Walk Together? An Analysis of Initiatives in Five Brazilian Capitals. *Medijske studije*, v. 7, p. 65-83, 2016. Disponível em: <<https://hrcaj.srce.hr/ojs/index.php/medijske-studije/article/view/6183>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas-SP, v. 12, p. 88-113, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-62762006000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BERTOT, John; JAEGER, Paul; GRIMES, Justin. Using ICTs to create a culture of transparency: e-government and social media as openness and anti-corruption tools for

societies. *Government Information Quartely*, v. 27, n. 3, p. 264-271, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X10000201>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BLUMLER, Jay G.; GUREVITCH, Michael. Political communication systems and democratic values. In: LICHTENBERG, Judith; MACLEAN, Douglas (Ed.). *Democracy and the mass media*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 24-35.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. *Aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública Federal*. 2 ed. Brasília: Imprensa Nacional, 2016. Disponível em:

< http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/aplicacao_lai_2edicao.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2021.

DIAS, André Bonsanto. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia—Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. *Opinião Pública*, v. 25, n. 3, p. 472-494, 2019. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762019000300472&script=sci_arttext&lng=pt >. Acesso em: 10 mar. 2021.

FERRACIOLI, Paulo; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. O Jornalismo como agente da transparência pública no Brasil: A cobertura noticiosa no caso da Lei de Acesso à Informação. *Observatório (OBS*)*, v. 14, n. 2, p. 16-37, 2020. Disponível em: <<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1514> >. Acesso em: 10 mar. 2021.

FIDALGO, Joaquim. Jornalistas e saberes profissionais. In: I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1, 2008, Natal-RN. *Anais [...]*. Natal-RN: UFRN, 2008. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0452-1.pdf> >. Acesso em: 10 mar. 2021.

FIGARO, Roseli. Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. In: FIGARO, Roseli (Org.). *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Salta, 2013.

GENTILLI, Victor; DUTRA, Luma Poletti. Arcana imperii e accountability: jornalismo, segredo e transparência. In: GUERRA, Josenildo Luiz; ROTHBERG, Danilo; MARTINS, Gerson Luiz. (Org.). *Crítica do Jornalismo no Brasil*. 1 ed. Covilhã: LabCom.IFP, 2016, p. 129-149.

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. *E-Compós*, v. 21, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/1446>>. Acesso em: 10 mar. 2021

HEALD, David. Transparency as an instrumental value. In: HOOD, Christopher; HEALD, David (Ed.). *Transparency: the key of better governance*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 59-73.

JARDIM, José Maria. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: Editora UFF, 1999.

LOPES, Ivonete da Silva. O golpe político-institucional e o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). *Revista Eptic*, v. 20, n. 2, p. 164-177, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6549163>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LYCARIÃO, Diógenes. Sistema dos media e deliberação pública: acerca do valor epistêmico da mediação para a legitimação democrática. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda. (Org.). *Mediação & Midiatização*. 1 ed. Salvador: EDUFBA, p. 123-147, 2012.

LYCARIÃO, Diógenes; MAGALHÃES, Eleonora; ALBUQUERQUE, Afonso. Noticiário “objetivo” em liquidação: a decadência do padrão “catch-all” na mídia comercial. *Revista Famecos*, v. 25, n. 2, p. 1-19, 2018. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/28384>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LYCARIÃO, Diógenes; MAIA, Rousiley Celi Moreira. A COP-15 sob holofotes mediáticos: modos e níveis de intervenção política do jornalismo no sistema de mídia brasileiro. *E-Compós*, v. 18, n. 1, p. 1-17, 2015. Disponível em: <<https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/1096>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MACHADO, Elias. *O ciberespaço como fonte para jornalistas*. Salvador, Calandra, 2003.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele Batista. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. *Observatório (OBS*)*, v. 12, p. 224-245, 2018. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1166> Acesso em: 10 mar. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando (Org.). *Democracia Digital: Publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MICK, Jacques; TAVARES, Luiza. A governança do jornalismo e alternativas para a crise. *Brazilian Journalism Research*, vol. 13, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/948/924>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. A mídia e o declínio da confiança na política. *Sociologias*, n. 19, p. 250-273, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222008000100011&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MOLINA, Matías. *Os melhores jornais do mundo: uma visão da imprensa internacional*. São Paulo: Globo, 2007.

NEGRI, Alcenir Vergilio; SANTOS, Gilson Ditzel. Assessing the quality of information on the transparency websites of the Paranaense local government, through multivariate analysis. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, p. 28937-28950, 2019. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5182>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

NIELSEN, Rasmus Kleis *et al.* *Analysis of the relation between and impact of public service media and private media*. Oxford: Oxford University, 2016.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempos de mudanças estruturais. *Intertexto*, v. 1, n. 24, p. 12-22, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/12443>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Review of passive transparency in Brazilian city councils. *Revista de administração*, v. 51, n. 3, p. 288-298, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716300267>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ROCHA, Paula Melani; SILVA, Gisele Barão da. A necessidade do conhecimento em investigação jornalística de precisão na formação do profissional para fortalecer as deontologias do jornalismo e seu exercício na sociedade contemporânea. *Estudos em Comunicação*, n. 16, 2014. Disponível em: <<http://ec.ubi.pt/ec/16/pdf/EC16-2014Jun-03.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ROTHBERG, Danilo. Política mediada, democracia e elites. *Comunicação & Política*, v. 23, n. 2, p. 15-40, 2005. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/pt/revista/comunicacao-politica/articulo/politica-mediada-democracia-e-elites>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SAMPAIO, Rafael Cardoso *et al.* Democracia Digital no Brasil: mapeamento e análise de artigos publicados em periódicos entre 1999-2018. In: POMPEU, João Cláudio Basso; FONSECA, Igor Ferraz da (Ed.). *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. 25, p. 23-32, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37562&Itemid=6>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SEHL, Annika. Public service media in a digital media environment: Performance from an audience perspective. *Media and Communication*, v. 8, n. 3, p. 359-372, 2020. Disponível em: <<https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/3141>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA, Sivaldo Pereira *et al.* Indicadores para avaliação qualitativa de Dados Abertos: inteligibilidade, operacionalidade e interatividade nos datasets do Governo Federal no Portal Brasileiro de Dados Abertos. *Informação & Sociedade*, v. 30, p. 1-20, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/52469>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SOUSA, Janara; GERALDES, Elen. O impacto da lei de acesso à informação nas rotinas produtivas do jornalismo brasileiro. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, v. 18, n. 3, p. 7-18, 2016. Disponível em: <<https://www.revista.ufs.br/index.php/eptic/article/view/5799>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de jornalismo impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

TAVARES, Camilla Quesada. O papel político do jornalismo. *Compolítica*, v. 10, n. 2, p. 167-192, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522011000200009&script=sci_arttext&tlng=s>. Acesso em: 10 mar. 2021.

VIEIRA, Sonia. *Como Elaborar Questionários*. Editora Atlas. São Paulo, 2009.

WAISBORD, Silvio. *Watchdog journalism in South America: News, accountability, and democracy*. Columbia University Press, 2000.

Notas

Agradecemos aos revisores anônimos pelas sugestões e apontamentos que permitiram um aperfeiçoamento significativo deste artigo. Também agradecemos à equipe editorial da Revista Compolítica pelo seu trabalho diligente e de elevado rigor científico.

Versão preliminar deste trabalho foi apresentada no V Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado em 2018 em São Paulo-SP. O projeto de pesquisa que resultou neste trabalho não recebeu qualquer financiamento específico de agências de fomento ou de outros financiadores.

Os autores

Thatiany Nascimento é mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFC (2019) e membro do grupo de pesquisa Gruppocom. E-mail: thatynascimento1709@gmail.com

Diógenes Lycarião é doutor em Comunicação pelo PPGCOM/UFMG (2014) e docente permanente do PPGCOM/UFC desde 2016. E-mail: lycario-d@ufc.br

Data de submissão: 12/12/2020

Data de aprovação: 26/03/2021